

**Claudio Sales, da CBIEE: Investidores à espera de definições
Presidente da entidade que reúne os principais grupos privados elenca
pontos
que podem comprometer sucesso do leilão de energia nova**

Oldon Machado, da Agência CanalEnergia, Entrevistas
05/09/2005

Desde o início de 2003, quando a então ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff (hoje na chefia da Casa Civil da Presidência) deu partida no processo de reformulação estrutural do modelo elétrico, apreensão tem sido um vocábulo recorrente no discurso dos investidores do setor. Passados dois anos e meio, o clima não mudou muito, apesar dos avanços nas inúmeras discussões e debates até hoje. Sob o foco do primeiro leilão de energia nova desde 2002, a Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica alerta que ainda falta avançar em algumas questões para que o processo atraia os grupos privados.

Listando pontos considerados essenciais não só para a atração, mas para a permanência dos investidores que já estão aqui - eficiência, estabilidade, financiabilidade, entre outros - o presidente da CBIEE, Claudio Sales, afirma que os entraves podem pôr em risco o sucesso da licitação prevista para dezembro deste ano. "Vemos com grande apreensão o momento atual e esse próximo leilão, uma vez que o país não tem mais uma semana sequer para desperdiçar na implementação desses projetos", comenta o executivo, representante dos principais grupos privados nacionais e estrangeiros no setor de energia elétrica.

Nesta entrevista, ele fala dos impactos negativos que a problemática ambiental traz e pode trazer ainda mais para os investimentos privados em novas hidrelétricas. Aponta ainda a necessidade de o governo encontrar uma solução necessária para a compensação dos projetos licitados no antigo modelo - pautado pelo maior ágio - sob pena de as plantas não saírem do papel. Também cita as características que deverá ter o pacote de financiamento a ser lançado pelo BNDES.

Na 2ª edição do Enase (Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico), que acontecerá no Centro de Convenções Rebouças, em São Paulo, nos dias 14 e 15 de setembro, a CBIEE comandará o painel "Requisitos para atração de investimentos privados", que ocorrerá no primeiro dia do evento. O 2º Enase é uma co-promoção do Grupo CanalEnergia com 13 associações (Abradee, Abrage, Abrate, Abraceel, Abrace, CBIEE, Abraget, Apine, Abdib, Abiape, APMPE, ABCE e Abesco).

Portal CanalEnergia - Qual a percepção dos investidores privados sobre o ambiente atual para novos investimentos no setor elétrico?

Claudio Sales - Desde o início do governo, o Ministério de Minas e Energia lançou-se na criação de um novo modelo voltado para promover os investimentos

no setor. Parte desse modelo previa que, até o final de 2003 ou início de 2004, acontecessem os famosos leilões de "energia nova". Neles, seriam ofertados contratos de compra de energia pelo pool das distribuidoras e a concessão de novas usinas, já com a licença prévia ambiental. Pela lei, também participam desse leilão, que é decidido pela menor tarifa, usinas cujas concessões foram outorgadas pela regra antiga.

Os leilões atrasaram e o de energia nova está previsto apenas para dezembro deste ano. Nesse tempo, o atual excedente de oferta de energia terá se esgotado, quando pensamos na demanda a ser atendida a partir de 2008, 2009 e, especialmente, 2010. Hoje, em 2005, os prazos para desenvolver projetos mais eficientes, com a eficiência e a antecedência necessárias, já foram todos consumidos. Portanto, vemos com grande apreensão o momento atual e esse próximo leilão, uma vez que o país não tem mais uma semana sequer para desperdiçar na implementação desses projetos.

Portal CanalEnergia - Quais são, na sua opinião, os principais obstáculos para novos empreendimentos?

Claudio Sales - Dos três maiores, talvez o primeiro deles seja o ambiente tributário. O setor elétrico paga mais de 40% do que cobra dos consumidores em impostos e encargos. O Brasil necessita da ordem de R\$ 20 bilhões em investimentos por ano. Mais da metade disso tem que vir de investidores privados. A arrecadação total do setor é da ordem de R\$ 80 bilhões por ano. Resumindo: a conta não fecha. Tirando bem mais de R\$ 30 bilhões só de impostos e encargos, não sobram recursos suficientes para cobrir todos os custos operacionais da prestação de serviço de energia elétrica, remunerar o capital dos empréstimos, o capital dos investidores e promover novos investimentos.

Em segundo lugar vem a questão ambiental. Os empreendedores não têm como iniciar obras de usinas cuja receita estará contratada por 20 anos, sem saber qual o custo final de compensações ambientais, o prazo real de conclusão da obra e o início da operação. Em terceiro cito a necessidade de uma sinalização clara quanto à estabilidade de regras e manutenção de contratos. Nesse aspecto, o fortalecimento da Aneel como entidade independente de governos seria indispensável.

Portal CanalEnergia - Sobre a questão ambiental, até que ponto o impasse no processo de licenciamento impacta novos investimentos?

Claudio Sales - Essa imprevisibilidade é um fator de desencorajamento do investidor. O investimento em uma nova usina é um investimento de longo prazo, com margem de lucro relativamente pequena, porque é capital intensivo, com retorno, também, de longo prazo. É indispensável segurança quanto à previsibilidade de custos e prazos para o empreendimento. Se tomarmos por base as 17 usinas que estão listadas para serem ofertadas já nesse primeiro leilão de

energia nova, para o qual o governo conta com as licenças ambientais, veremos que talvez saiam licenças a tempo apenas para um ou dois desses empreendimentos.

Outro problema grave é que mesmo os empreendimentos que já conseguiram a licença prévia ambiental não têm, hoje, nenhuma previsibilidade com relação aos custos ambientais que incidirão de fato no projeto até que ele esteja pronto e operando. Surgem sempre novas exigências que muitas vezes interrompem a obra ou o início de operações, causando o dano de postecipar a receita do projeto. A questão ambiental é um obstáculo difícil de ser superado.

Portal CanalEnergia - Quais as suas expectativas para o próximo leilão, de dezembro?

Claudio Sales - Estou apreensivo, pois há muitas questões fundamentais para o sucesso do leilão que ainda estão abertas, indefinidas. Até agora, por exemplo, não se conhece a minuta do contrato que estará sendo assinado pelos ganhadores do leilão com o pool das distribuidoras. Esperamos que seja capaz de garantir a financiabilidade dos projetos e sabemos que isto é uma discussão demorada que envolve bancos, organismos multilaterais, BNDES e outras instituições.

Portal CanalEnergia - Os investidores também têm ressaltado a necessidade de se criar mecanismos para compensar o ágio pagos nos antigos leilões, pelo maior lance...

Claudio Sales - Esse é outro motivo de apreensão. Até o momento não se tem uma solução adequada para assegurar a competitividade de projetos cuja concessão já foi adquirida com base nas regras anteriores. Aliás, essas são as usinas que já estão prontas ou mais adiantadas, em alguns casos já com projetos de engenharia e licenças ambientais. Dado que as famosas 17 usinas não estarão no leilão e que temos que correr contra o tempo para não faltar energia no futuro, é preciso assegurar a possibilidade de participação das usinas que estão naquele caso.

Está tramitando no congresso a "MP do Bem" que tem algumas emendas propostas por parlamentares resolvendo essa questão. Trata-se de, no caso de um projeto como esse vencer o leilão pela menor tarifa, assegurar o diferimento, por 12 anos, do pagamento da "concessão pelo uso do bem público (UBP)". Sem uma solução desse tipo, esses projetos mais adiantados podem deixar de ser construídos, o que é um contra-senso diante do momento vivido pelo Brasil de hoje.

Portal CanalEnergia - Na visão da CBIEE, quais as condições principais e diferenciadas que o pacote de financiamento do BNDES para o leilão de energia nova deverá trazer para os investidores?

Claudio Sales - A primeira característica importante seria a possibilidade de ser, de fato, um pacote de project finance. Project finance é a expressão usada para definir uma forma de financiamento onde as garantias que são dadas para pagamento do financiamento são inerentes à expectativa de receita decorrente do próprio empreendimento. Essa é a modalidade de financiamento que torna o recurso mais barato e, por conseqüência, o produto final, energia, mais barato.

Para tanto, é importante que o BNDES reconheça que existe estabilidade com relação aos impostos e encargos, com relação à manutenção das regras, à manutenção de contrato e que existe estabilidade com relação aos PPAs, os contratos de compra e venda de energia que estarão lastreando essas operações. Se todos esses vetores apontarem na mesma direção, o BNDES terá condições de oferecer financiamento na modalidade de project finance, viabilizando um tipo de alavancagem maior, mais viável para os empreendedores. Isso beneficiaria, em última instância, todos os consumidores de energia elétrica no Brasil.

Portal CanalEnergia - Como o senhor vê a mudança no comando do MME neste momento específico do setor elétrico?

Claudio Sales - Eu entendo que existe uma posição, uma política de governo em relação ao setor que está sendo seguida, e a declaração do ministro tem sido no sentido de dar continuidade a isso. Por outro lado, vejo sempre de forma otimista essas mudanças, essas passagens de bastão, mesmo que dentro de uma mesma orientação política. Elas sempre significam um novo entusiasmo que, quero enxergar, pode ser uma possibilidade de avançar de maneira mais rápida na resolução desses entraves regulatórios para os novos empreendimentos.

Portal CanalEnergia - A crise política atual pode frear ainda mais a intenção dos investidores em aportar recursos no país, em especial dos grupos estrangeiros?

Claudio Sales - O setor elétrico é parte da economia brasileira, parte do setor produtivo, e seguramente está sendo de alguma maneira abalado pela instabilidade política. Não sei medir o quanto, mas sei que não atinge só setor elétrico, mas todos. Se bem que, quando falamos em setores de infra-estrutura, que requerem investimentos com perspectiva de longo prazo, o efeito da insegurança é talvez maior do que se geraria em setores de retornos mais rápidos. É uma situação grave para o país e para o setor, que possivelmente será precificada nos custos dos empreendimentos através de aumentos na taxa de risco ou na taxa de desconto. Quanto maior o risco, mais caro o recurso, o financiamento, e mais caro, no fim das contas, o preço do produto que o consumidor terá de pagar. Isto sem falar no risco de adiamento das decisões de investimento.

Portal CanalEnergia - Mas as notícias que a gente lê na imprensa são de lucros crescentes das empresas do setor...

Claudio Sales - É mais do que urgente, e não apenas em relação ao setor elétrico, que o brasileiro se dispça do preconceito com a palavra "lucro". Lucro é indispensável para que a sociedade avance. Isso, em primeiro lugar. Em segundo lugar, tem sido erroneamente interpretado o aumento no lucro das empresas do setor elétrico, em especial nas empresas distribuidoras. De fato houve aumento grande, só que percentualmente. Cabe lembrar que o lucro do ano passado foi irrisório, considerando o capital investido. E o aumento percentual foi medido sobre uma base muito pequena, o lucro do ano passado.

O dado importante e objetivo é que o lucro do setor elétrico, comparado com a receita global e comparado com o capital investido, ainda não é suficiente para remunerar adequadamente os investimentos. Se considerarmos todo o recurso investido no setor elétrico pelas empresas, o número que se vai chegar é bastante inferior ao que seria a remuneração, por exemplo, de caderneta de poupança. Ora, é inconcebível que o país possa contar com investimento sustentado numa área com tantos riscos, como é o setor elétrico, de capital intensivo e com retorno a longo prazo, onde a perspectiva de remuneração desse capital é inferior ao de caderneta de poupança.